ANÁLISE DA QUINZENA

Leite: benevolência, balbúrdia e abuso

Se, algum dia, resolvêssemos apontar no setor agropecuário, o produto de maior complexidade tanto técnica quanto mercadológica, o leite seria um fortíssimo candidato. É igualmente provável que, à parte o mistério natural das coisas, tal complexidade decorra da grande balbúrdia causada pela ignorância geral a respeito dos meandros do mercado de produtos lácteos no Brasil. Sabe-se, por outro lado, que em mercados extremamente imperfeitos, onde as informações úteis são material escasso, a ignorância da maioria facilita e até promove o abuso de uma minoria bem informada.

O mercado de leite e derivados contém todas as pré-condições de imperfeição. O setor produtivo é bastante numeroso e diversificado em seus interesses: dos 4,9 milhões de estabelecimentos rurais recenseados em 1970, havia 2,2 milhões com alguma atividade pecuária bovina, dentre os quais cerca da metade possuindo gado classificável como leiteiro. Ao mesmo tempo, dos mesmos 2,2 milhões de informantes pecuários, mais da metade (1,25 milhão) tinha nas lavouras sua principal fonte de renda. Desses indicadores se pode inferir o nível relativamente baixo de especialização da nossa pecuária leiteira, quando comparamos estes números aos de outros países mais avançados.

Com efeito, uma parte significativa da nossa produção de leite provém de propriedades cujo rebanho é misto (de corte e leite) e onde a renda familiar é apenas complementada pelo aporte modesto, porém constante, do faturamento diário do leite à cooperativa local. Em recente levantamento estatístico desse fenômeno em Minas Gerais - nosso maior estado produtor - resultados preliminares

indicaram que pelo menos 25% do rebanho é misto. Além disso,por motivos a serem esclarecidos posteriormente, observa-se que o rebanho leiteiro (27% do rebanho total) decresceu no período 70-76, enquanto era positiva (embora pequena) a taxa de crescimento dos rebanhos misto e de corte, no mesmo período.

As características de mestiçagem e diversificação para outras atividades rurais são decorrência da escolha racional que o pecuarista faz da melhor composição de preços entre carne e leite, e entre estes produtos e outros alternativos. Quanto mais incerta for a política de preços (e assim tem sido para o pecuarista), mais diversificada será sua atividade. Por outro lado, o custo da incerteza é sempre a timidez dos investimentos fixos em pecuária leiteira, principalmente os que envolvem a especialização do fator terra pela formação de pastagens artificiais, e as inversões em reprodutores mais puros. À falta de arrojo nessas iniciativas, a produtividade média do rebanho (tanto em termos de corte quanto de leite), continua bastante baixa, gerando insuficiente rentabilidade econômica por hectare nas terras mais férteis ou mais próximas das áreas urbanas. Daí, a crescente expansão do perímetro das bacias leiteiras, e consequente elevação dos custos de frete do leite no percurso das cooperativas regionais até às usinas centrais.

Uma decorrência essencial do baixo grau de especialização e grande atomização da pecuária leiteira é a elevação dos custos da informação. Tornam-se extremamente onerosas, para cada pequeno produtor individualmente, a coleta e assimilação das informações técnicas e de mercado. Em consequência, fica inacessível a absorção tecnológica e impraticável uma correta avaliação das tendências conjunturais de mercado. O produtor conta, muitas vezes, apenas com sua sensibilidade atávica. Tanto é assim, que as áreas de maior desenvolvimento tecnológico e resposta mais imediata às condições de mercado são, normalmente, aquelas onde a empresa compradora da matéria-prima repassa informações técnicas e econômicas.

Os produtores de leite de cada região poderão estar aglutinados de modo formal ou informal em torno de uma cooperativa local ou uma fábrica de laticínios de porte pequeno ou médio. Mas é principalmente, através das usinas centrais de beneficiamento e grandes fábricas supra-regionais que se estabelece o elo de ligação e efetivo controle do fluxo de leite entre um grupo atomizado de produtores e o imenso público consumidor.

A grande indústria de laticínios é representativa da tremenda complexidade do setor, cuja faixa de atuação vai desde o próprio beneficiamento do leite "in natura" para consumo direto sob os tipos C ou B, até a decomposição dessa matéria-prima em sub-produtos, tais como queijos, manteiga, leite em pó integral, magro ou desengordurado, iogurtes, leite condensado, e assim por diante. Fundamental para se compreender a extensão do poder de barganha da grande indústria laticinista é, em primeiro lugar, atentar para o reduzido número de concorrentes na intermediação final do leite, o que eleva o grau de cooperação tácita entre os participantes. Em segundo lugar, é essencial a avaliação da versatilidade da grande indústria de beneficiamento: uma vez recebida determinada quantidade de leite "in natura" e respeitadas as relações básicas entre extrato seco e gordura aí contidos, a indústria pode transformar a matéria-prima em uma quantidade variável de queijos, em relação a quantidades igualmente variáveis de outros sub-produtos, bem como fornecer diretamente o leite em estado fluido aos consumidores.

Acresce à diversidade da pauta de opções da indústria, a complexidade artificial criada pela quase completa carência de dados estatísticos da produção de leite e derivados no país. Em vista disso, o governo toma decisões geralmente sob pressão; em contrapartida, procura estabelecer um regulamento de inspeção bastante rígido, e promove severo controle de preços sobre o leite "in natura" e alguns sub-produtos.

É fácil imaginar que num mercado imperfeito, de forte conteúdo oligomorfo na intermediação final da matéria-prima, nenhuma das duas pontas - produtores e consumidores - tem muita chance de se fazerem representar. Os primeiros, pelo seu baixo grau de colusão, e porque seu rol de alternativas econômicas não está no próprio setor leiteiro mas fora dele (no gado de corte ou nas lavouras). Os consumidores, por sua vez, têm morgado na santa inocência a respeito da qualidade dos produtos que lhes são servidos e revelado meiga aceitação dos preços do rótulo, embora a situação tenda a evoluir rapidamente no sentido do alarme e da revolta, à medida em que o abuso criminoso em relação a certos produtos permaneça impune por muito tempo.

As autoridades do país, no passado e no presente, têm tido duas preocupações básicas: zelar pela qualidade do leite e seus derivados e controlar os preços fixados pela grande indústria oligopolista. A origem dessas duas preocupações parece ser, quanto à qualidade, a segurança e saúde da população, e quanto ao preço, a evolução do índice do custo de vida. A exigência de padrões de qualidade bastante rígidos cria o risco de estes não serem praticados e, portanto, caírem em desuso e desmoralização. Por outro lado, o controle de preços é inimigo do padrão de qualidade, principalmente quando este último pode ser facilmente desrespeitado.

O governo vem optando, historicamente, por estabelecer controle rígido sobre o preço do ítem de consumo "popular" - o leite pasteurizado tipo C - que sofre a discriminação do tabelamento. A manteiga, por sua vez, tem na margarina um controle natural de preço por concorrência. Os queijos e o leite em pó, apesar do controle do CIP, têm a vantagem de não serem ítens de consumo "popular". Os preços dos demais sub-produtos de consumo mais sofisticado são relativamente livres. Desta forma, é lógico que a indústria seja estimulada indiretamente à produção dos derivados de preço livre e de consumo sofisticado, além dos derivados menos popula-

res de elevada ponderação na renda industrial (os queijos e o leite em pó). O leite tipo C, de preço tabelado, pode ter interesse social, mas não tem interesse industrial.

Assim, é óbvio que as autoridades se encontram diante de um quadro propenso à balbúrdia e ao abuso. Em síntese, acumularam-se quatro motivos principais, já discutidos: primeiro, a grande indústria oligopolista, fornecedora de leite fluido e derivados, que dispõe de elevado nível de pressão sobre o rumo das decisões de governo, não contrariada por produtores ou consumidores ; segundo, a versatilidade técnica da matéria-prima, cujo controle de qualidade é difícil pelas inúmeras decomposições ou recomposições de que o leite é passível, especialmente no caso de se permitir a adição de água através de reidratações; terceiro, o controle de preços que induz à redução de oferta dos ítens tabelados, bem como ao desrespeito dos padrões de qualidade dos produtos, em detrimento dos consumidores; quarto, a falta de estatísticas de produção e distribuição confiáveis e contemporâneas às decisões governamentais.

Resta explicar a etiologia das crises de abastecimento de leite, crônicas nos últimos anos, e o resultado até agora desastroso de uma política, por certo bem intencionada, de importações de leite em pó para fins de reidratação. Aos ingredientes já adicionados, temos que discutir apenas mais duas associações: primeiro, o fator climático de rotina - chuvas (safra) e seca (entressafra); segundo, a estreita associação entre a pecuária de corte e de leite no Brasil, ou por outra, entre o preço da arroba para corte e o preço do leite.

O primeiro fator - safra e entressafra - é o que define as variações da oferta de leite dentro do período de 1 ano. Na safra, de dezembro a maio, os produtores dispõem de pastagens verdes e enviam leite, até em excesso, às indústrias. Na entressafra , de junho a novembro, por falta de complementação alimentar adequada

os úberes definham, acarretando crises do abastecimento, embora apenas do leite tabelado, pois a produção de leite recebida nas usinas e indústrias se encaminha prioritariamente à produção de queijos e outros produtos sofisticados a preços livres. Obviamente, as variações estacionais da oferta são sempre momento propício às especulações, aos boatos falsos e ao abuso. Impõe-se, portanto, a ativação de estoques reguladores diversificados de produtos lácteos.

O segundo fator - relação entre os preços da arroba do boi e do leite - decorre das características de mestiçagem e diversificação já discutidas. Sua influência é vital, embora até aqui muito pouco relatada e quase nada discutida. Tal associação atrela o nível da oferta de leite, em cada ano, à conjuntura do ciclo pecuário de corte cujas flutuações têm definido, com grande precisão, as épocas de crise do abastecimento de leite, seja por escassez, seja por excesso. Não obstante, como pouco se estudou o ciclo pecuário de corte no Brasil, muito menos se sabe de sua possível associação com a evolução do "ciclo do leite". Em AGROANALYSIS nº 10, apresentamos o ciclo pecuário e suas consequências. Reportando-nos àquela análise, apresentamos agora, na tabela e gráfico 16.A, uma justaposição entre o ciclo de preços da arroba de corte e o ciclo de preços do leite,recebidos pelos pecuaristas do Estado de São Paulo.

Como se pode observar, a aderência de uma série de dados à outra é altamente sugestiva, revelando uma correlação de 64%. A explicação parece lógica: em qualquer período de preço máximo do boi (convenção A), o preço do leite tende a ser máximo porque nessa época, muitos pecuaristas já reduziram ou mesmo eliminaram fornecimentos de leite para poder alimentar unicamente os bezerros, cujo preço também é máximo dentro do ciclo. Quando, então, o ciclo entra no quadrante de baixa, os pecuaristas reduzem, inicialmente,seu plantel de bezerros,compensando parte da renda perdida pela queda dos preços do gado de corte com maiores vendas de leite. A maior oferta de leite, por sua vez, reduz drasticamente o preço dessa matéria-prima.

TABELA 16.A

PREÇOS MÉDIOS ANUAIS DO BOI GORDO E DO LEITE, AO NÍVEL DO PRODUTOR EM SÃO PAULO, 1960-77 (Em termos reais, preços de dezembro de 1976) 1/

Convenções: A = limite de alta; B = limite de baixa; AP = alta parcial, em quadrante de baixa.

CICLO I 2/			CICLO II			CICLO III		
ANOS	BOI GORDO Cr$/@	LEITE Cr$/100 l	ANOS	BOI GORDO Cr$/@	LEITE Cr$/100 l	ANOS	BOI GORDO Cr$/@	LEITE Cr$/100 l
						1970	135,03	142,8
						1971	153,88	143,4
1960	136,91	123,8				1972	165,82	144,9
1961	145,44	152,5	1965	118,87	146,9	1973	216,54	161,8
1962	146,43 A/	158,7 A/	1966	164,65 A/	157,0 A/	1974	225,70 A/	193,8
1963	133,23	144,5	1967	134,22	152,1	1975	190,06	221,1 A/
1964	117,07 B/	153,1 AP/	1968	119,58	144,4	1976	166,27	197,0
			1969	110,07 B/	146,8 AP/	1977 3/	157,11 B/	222,0 AP/

1/ Deflator: I.G.P. col.2 da Conjuntura Econômica

2/ Ciclo incompleto por falta de dados de preço do leite

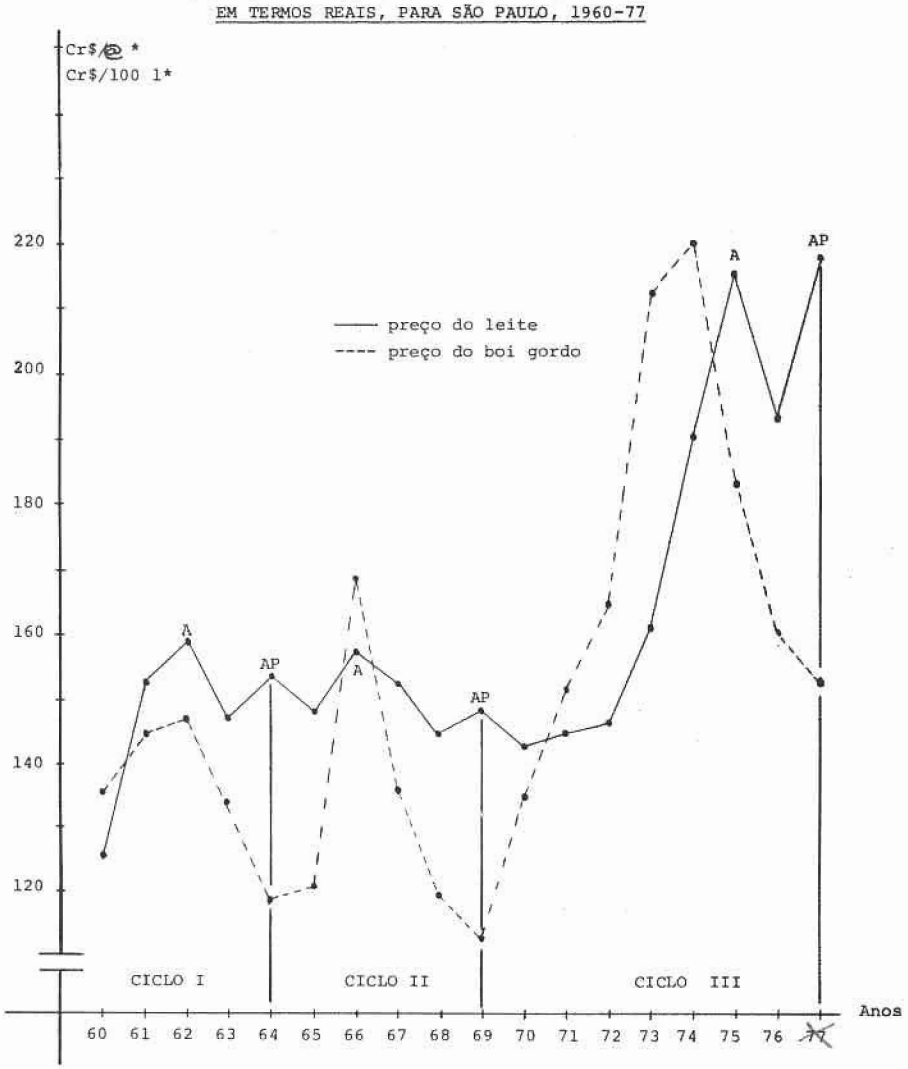
3/ Estimativa preliminar GIA

Fonte: IEA/SECRETARIA DE AGRICULTURA DE SÃO PAULO

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

GRÁFICO 16.A

PREÇOS MÉDIOS ANUAIS DO BOI GORDO E DO LEITE EM TERMOS REAIS, PARA SÃO PAULO, 1960-77



* preços constantes de dez.76 - Deflator I.G.P. col. 2

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

Agroanalysis Rio de Janeiro, 1(16): , set. 1977

Finalmente, no período de maior baixa do preço da arroba do boi (convenção B), o plantel de vacas é rapidamente reduzido, eliminando a própria fonte de produção, o que provoca uma alta parcial (AP) do preço do leite no mesmo ano em que a arroba é cotada mais baixo e cresce enormemente o abate de matrizes. É o que vem sucedendo em 1977 (além da estiagem do início do ano, agravante da crise), bem assim foi o que sucedeu em 1964 e 1969.

Num aspecto, porém, diverge a experiência do ciclo do leite: é pela maior eficácia da intervenção do governo sobre os preços, tanto a nível do produtor quanto a do consumidor. Com efeito, o ciclo III descrito na tabela e no gráfico 16.A mostra que o quadrante de baixa do preço do leite, após 1974, é ambíguo. Salvo a queda do preço real em 1976, o preço do leite ao produtor vem crescendo bastante desde 1974, apesar da queda dos preços da arroba do boi. Tal desvio só se pode explicar por uma mudança às regras impostas até então.

No âmago desse comportamento heterodoxo, estão as novas variáveis de mercado introduzidas pela política leiteira dos últimos anos, todas elas nascidas sob o signo da benevolência. Dentro do próprio governo, as autoridades responsáveis pelo fomento agropecuário percebiam a estagnação da pecuária leiteira. A solução imaginada teria que comportar uma exigência de evolução tecnológica do lado da produção e, ao mesmo tempo, contornar o problema do tabelamento do leite fluido, cuja liberação parecia politicamente inviável.

Era preciso inventar algo novo. Criou-se, então, a figura do leite tipo B, que exige investimentos na propriedade rural, embora tenha preço liberado em todos os níveis de comercialização. Esta solução configurou-se, imediatamente, na opção tecnológica dos pecuaristas mais modernos e mais próximos aos grandes centros, e paralelamente, num novo e lucrativo uso do leite recebido pelas usinas de beneficiamento. Esta benesse governamental tem ge-

rado ganhos extraordinários aos pecuaristas inovadores, e lucros proporcionalmente elevados no âmbito da comercialização. Os consumidores bem informados e de alta renda pagam mais, sabendo que vale a pena. Os demais, por falta de oportunidade de escolha, se satisfazem com o que se lhes serve, que serve também à tabela e aos índices.

Infelizmente, a permissão de convivência entre dois tipos de leite fluido no mercado, um a preço tabelado e o outro a preço livre, corresponde a se passar um atestado de óbito por antecipação ao tipo C tabelado. O leite C tende a desaparecer pela coincidência de interesses de produtores, consumidores e indústria: aos produtores, porque se lhes dá, pela primeira vez, um preço capaz de remunerar a moderna tecnologia leiteira no campo; à indústria, porque se lhes permite uma generosa margem de comercialização com total liberdade; e aos consumidores, desde que reconheçam que a diferença de qualidade, por falta de controle do tipo C, não compensa seu preço mais acessível.

A conjunção dos interesses de produtores, consumidores e indústrias em favor do leite tipo B não seria, entretanto, causa suficiente para o desaparecimento do produto tabelado, pois até mesmo os pecuaristas do leite C acabaram de receber, neste ano, de março a julho, um reajuste parcelado de 52% que coloca o produto na mais favorável conjuntura de preços dos últimos 27 anos. Um estímulo dessa natureza, serviria, por sí só, para contornar o problema da escassez motivada pelo grande abate de matrizes e pela estiagem do início deste ano. Além disso, o grande mercado consumidor de baixa renda continua, como antes, demandando leite cuja principal qualidade é ser barato.

Acontece, porém, que a benevolência governamental não pode correr riscos de curto prazo. Argumenta-se que os mecanismos de correção de mercado são lentos e pouco confiáveis. Por outro lado, adiciona-se, porque correr riscos na transição entre os

tipos B e C, quando o mercado internacional de leite em pó é favorável na base de 1:5? O leite em pó desengordurado é adquirido da CEE por um preço que chega a ser cinco vezes menor que o custo interno de produção do mesmo equivalente. Seria desperdiçar a abundância externa (motivada por abundantes subsídios), diante da escassez interna (originada pela escassez de políticas). Assim se explica a presença do leite em pó importado, cujos volumes ano a ano vêm crescendo (apesar de serem semi-secretos os dados mais recentes). A reidratação do pó importado compõe a causa mortis final do tipo C.

A mecânica imposta aos agentes da intermediação exige máximas importações de leite em pó (se possível, o de consumo animal, por ser mais barato) adicionado à água potável clorada e emagrecido a 2% de gordura no máximo. Quanto pior for a qualidade do leite reidratado, e quanto mais alto for o preço exigido por este leite de inferior qualidade, maior será a propensão do consumidor a escolher o tipo B, como alternativa de segurança e padrão organoléptico.

Se, por um lado, os intermediários têm interesse em aumentar ao máximo a opção pelo tipo B ao preço deliberado pelo cartel, não interessa incrementar o recebimento de leite B dos produtores, pois tal procedimento elevaria o custo de aquisição da matéria-prima. Mais tarde, no entanto, por força das circunstâncias, o leite C integral recebido poderia obter a classificação B para venda ao consumidor, já que o antigo C é agora reidratado. A face religiosa da economia do leite fluido é que o leite tipo C, uma vez morto, pode sempre ressurgir como tipo B, desde que haja suficiente pó importado para compensar a drástica "queda" nas entregas de leite C à plataforma das usinas (ver Notas Estatísticas). A julgar pelo recente aumento das vendas de leite classificado como B, concluiríamos que a nossa pecuária leiteira vem experimentando inusitado avanço tecnológico.

O sistema de importações de pó desengordura-

do também desarticulou o equilíbrio instável entre a grande indústria processadora de leite e as fábricas regionais de queijos e manteiga. Estas últimas, por não fornecerem leite ao consumidor, perdem a vantagem de emagrecer o leite tipo C recebido, retirando-lhe 2% de gordura para fabricação de manteiga com subsídio implícito do governo. Como o volume de leite emagrecido a 2% foi superior ao leite reidratado, formou-se um grande estoque nas mãos das grandes indústrias,que a custo subsidiado, provocaram verdadeiro "dumping" no mercado de derivados eliminando a margem de lucro dos pequenos fabricantes de queijos e manteiga. A par disso, os governos estaduais eliminaram a restituição do ICM sobre o queijo, ao mesmo tempo em que as importações do produto vêm crescendo, e com perspectivas de amplas aquisições provenientes da Argentina no próximo ano, já autorizadas no âmbito do DIPOA.

Assim, entre as empresas de porte regional, não distribuidoras de leite, há desânimo e reclamação; entre as grandes indústrias há um poderoso silêncio, coroado pelos sólidos resultados da sua lucratividade nos últimos anos. Dados de "QUEM È QUEM" - VISÃO apontam que o indicador lucro/patrimônio líquido das maiores Sociedades Anônimas do setor de laticínios elevou-se em quase 1%, passando de 15% em 74 e 75 para 15,9% em 76, acima da média obtida na indústria de alimentos. Este desempenho favorável vem provocando investimentos de grupos nacionais e multinacionais desejosos de participar das vantagens da intermediação de produtos lácteos.Neste sentido, é de se esperar sensíveis câmbios na estrutura industrial do setor, pela elevação da capacidade média de processamento.

Em resumo, pode-se concluir que a persistente ambiguidade de características no setor laticinista é responsável, em grande parte, por sua excessiva complexidade. Aí convivem, em temerária dualidade, derivados sofisticados, de padrão internacional, ao lado de produtos populares de qualidade duvidosa, numa coexistência forçada tanto por equívocos na política de preços e fiscalização inadequada, como certamente, por sérios vieses nas distribui

ções da renda e da informação.

Do lado da produção, conforme vimos, também se observa uma economia dual, ou mesmo tripartite: num primeiro grupo, aqueles pecuaristas que já recebem mais de Cr$ 4,00 por litro de leite tipo B (acima do atual preço norte-americano, em torno de Cr$ 3,70); no outro grupo, os fornecedores do leite classificado como C, sub-divididos entre aqueles que teriam condições de se modernizar e os produtores de pecuária mais primitiva e intermitente. Os preços médios comparados dos últimos quatorze anos entre EUA e Brasil (São Paulo), na Tabela 16.B , revelam a persistência da política de tabelamento ao nível do produtor, embora seja evidente a elevação do preço relativo brasileiro a partir de 74, quando não só mais produtores puderam entrar no mercado de leite B, como também pelo esforço de recomposição dos próprios preços tabelados do tipo C.

TABELA 16.B

COMPARAÇÃO DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE LEITE NOS EUA E NO BRASIL, 1963-76

Todos os valores em Cr$ por litro 2/

ANOS	EUA 1/ (1)	BRASIL (S.Paulo) (2)	Paridade EUA/Brasil (SP) (1)÷(2) = (3)
1963	2,62	1,44	1,82
1964	2,61	1,53	1,71
1965	2,62	1,47	1,78
1966	2,89	1,57	1,84
1967	2,94	1,52	1,93
1968	2,94	1,44	2,04
1969	2,93	1,47	1,99
1970	2,87	1,43	2,01
1971	2,83	1,43	1,98
1972	2,84	1,45	1,96
1973	3,17	1,62	1,96
1974	3,31	1,94	1,71
1975	3,16	2,21	1,43
1976	3,33	1,97	1,69

1/ A conversão dos US$ foi realizada à taxa Cr$ 12,44, acrescida de 25% de ágio pela sobrevalorização cambial.

2/ Médias anuais de preços, constantes de Dez.76; Deflator: I.G.P. col. 2, Conjuntura Econômica

Fonte: COMMODITY YEARBOOK 1976, IEA

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

A mesma dualidade de preços se observa ao nível do consumidor: o nosso leite tipo B é mais caro que o seu equivalente em litro, de superior qualidade, no varejo norte-americano; mas o leite C reidratado é substancialmente mais barato (e inferior). Por motivos já expostos, a dualidade persistirá enquanto houver tabelamento do tipo C, as usinas forem cartelizadas e, principalmente, se permitirem as importações de leite em pó para fins de reidratação.

Uma maior oferta de leite B, como é potencialmente possível do lado da produção, mormente nas bacias leiteiras do Centro-Sul, reduziria o seu preço no varejo. Paralelamente, a menor oferta do tipo C pressionaria para cima o preço da tabela. Ao aproximar-se uma convergência de preços e de qualidade se poderia exigir uma tipificação única do leite integral a ser vendido ao público com exigências mínimas de contagem bacteriológica e padrão organoléptico. Tal só seria possível com uma terminante proibição da reidratação, mesmo durante a entressafra. Esta proibição é uma medida da maior urgência e indiscutível vantagem nutricional.

A reunificação dos tipos de leite numa só categoria a preço livre só seria viável mediante a simultânea ativação de um programa competente de estoques reguladores diversificados de derivados: leite em pó desengordurado, manteiga e queijos. Qualquer outra medida de caráter menos sistêmico e abrangente arca com o risco de promover ainda mais balbúrdia, mais atentados à saúde pública e mais tranferência de renda para os segmentos privilegiados do setor laticinista.

Levando em conta que o leite é decomposto em componentes fixos, a estocagem de leite em pó na safra deve ser acompanhada da estocagem de manteiga. Caso contrário, seria beneficiar a indústria distribuidora de leite em detrimento das fábricas de queijo e manteiga. Mais ainda, os queijos estocáveis não podem ficar excluídos do programa, uma vez que a presença de estoques de

.leite em pó na entressafra provocaria a pretensão da indústria em reidratar o pó, liberando o leite recebido "in natura" para fabricação de queijos e outros produtos sofisticados.

A recente proposta, ora em estudos avançados, de inclusão do leite em pó na pauta de preços mínimos para a próxima safra, tem a vantagem de transferir para os produtores nacionais as rendas que o país atualmente paga aos fornecedores estrangeiros e importadores nacionais. É preciso, porém, não esquecer que um programa de estocagem diversificada protege a renda do produtor com maior eficácia, e não exige que o governo interfira no mercado adquirindo volumosos estoques. O programa de estocagem diversificada experimentado em 1975 e 1976 só não colheu melhor resultado pelo atraso na concessão dos créditos e falta de uma gerência dinâmica dos recursos.

Mais importante ainda, é levar-se em consideração o caráter oligomorfo da intermediação. Evidentemente, o governo que se comprometer a adquirir uma quantidade indiscriminada de leite em pó a preço mínimo, torna-se, depois, dependente da mesma indústria que poderá, ou não, aceitar de volta esses estoques para reidratação. Cria-se, assim, um círculo de envolvimento pelo qual o governo, dispondo de matéria prima, não pode comercializá-la sem transferir mais subsídios ao cartel de distribuidores de leite. O abuso máximo, porém, seria o próprio governo financiar estoques de leite em pó que, ao invés de se destinarem ao uso industrial, viessem a perpetuar o intragável recurso à reidratação, infelizmente cada vez mais disseminado.